

Biblioteca comunitária: conceitos, relevância cultural e políticas¹

Community library: concepts, cultural relevance and policies

Mariana de Souza Alves

Doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).
Bibliotecária na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). mdsa24@gmail.com

RESUMO

Apresenta, por meio de uma pesquisa exploratório-bibliográfica, considerações acerca do conceito, relevância cultural e políticas públicas das bibliotecas comunitárias. Analisa o que se compreende por biblioteca comunitária e suas relações com a biblioteca pública e popular, bem como os motivos que provocaram o seu surgimento. Destaca a importância da biblioteca pública e da biblioteca comunitária como dispositivos de educação e cultura para a formação de pessoas leitoras, cidadãs e cidadãos mais conscientes, e para o desenvolvimento local das comunidades. Por fim, discute as políticas realizadas para área do livro e leitura e biblioteca e identifica que a maioria delas foi realizada através de ações governamentais, especialmente por iniciativa do governo federal entre os anos de 2003 a 2016, fortalecendo a construção de políticas de Estado para a área do livro, leitura e bibliotecas graças ao empenho e a mobilização social de coletivos e da sociedade civil.

Palavras-Chave: Biblioteca comunitária; Ação cultural; Mediação de leitura; Políticas públicas – Pernambuco.

ABSTRACT

It presents, through an exploratory-bibliographical research, considerations about the concept, cultural relevance and public policies of community libraries. It analyzes what is understood by community library and its relations with the public and popular library, as well as the reasons that caused its emergence. It highlights the importance of the public library and the community library as education and culture devices for the formation of readers, citizens more aware, and for the local development of communities. Finally, discusses the policies made for the area of books and reading and library and identifies that most of them were carried out through government actions especially by initiative of the federal government between the years from 2003 to 2016, strengthening of state policy making for the area book, reading and libraries thanks to the commitment and social mobilization of civil society and collectives.

Keywords: Community library; Cultural action; Readings mediation; Public policy – Pernambuco.

1 INTRODUÇÃO

As bibliotecas são instituições milenares de guarda, preservação e acesso ao conhecimento cultural dos povos. Sua função social é promover o acesso ao acervo cultural e científico produzido pela humanidade e ao mesmo tempo estimular o

¹ Estudo faz parte da dissertação de mestrado intitulada “Práticas leitoras e informacionais nas bibliotecas comunitárias em Rede da Releitura-PE” defendida em 2017, sob orientação dos professores Dr^a. Anna Elizabeth Galvão Coutinho Correia e Dr. Diego Andres Salcedo.

desenvolvimento de novas criações pelos sujeitos. No entanto, no contexto brasileiro das bibliotecas públicas, a maioria delas têm encontrado dificuldade em exercer essa função primordial, tendo em vista os problemas de ordem político-social que fazem com que esses espaços primem pela internalização de procedimentos técnicos em detrimento de uma pulverização e expansão de ações para seu público.

Este fator, aliado ao da distância geográfica entre as bibliotecas públicas e escolares das zonas rurais e periféricas – geralmente tais espaços localizam-se no centro da cidade para atender a todo um município –, surgem as bibliotecas comunitárias, como uma forma de aproximar as comunidades periféricas dos bens culturais, criando serviços que atingem diretamente à esta população. Essas bibliotecas começam a surgir aproximadamente em fins da década de 1990 em vários locais do país e de lá para cá vêm suscitando repercussões sociais e discussões acadêmicas sobre sua natureza empírica e conceitual.

Assim, este artigo tem por objetivo apresentar uma discussão teórica acerca do debate conceitual que envolve o termo biblioteca comunitária bem como apresentar a relevância cultural e social que esses espaços desempenham nas comunidades e descrever as políticas e ações governamentais relacionadas a essas bibliotecas. Foi utilizada uma metodologia de pesquisa exploratório-bibliográfica a partir do levantamento de fontes acerca da temática em nível nacional, porém em diálogo com o contexto pernambucano de bibliotecas comunitárias.

2 COMPREENSÃO CONCEITUAL

Para chegar ao conceito de bibliotecas comunitárias, é necessário traçar uma breve explanação do que é uma biblioteca pública e como sua atuação impulsionou o surgimento das bibliotecas populares e comunitárias. As bibliotecas públicas se configuram como organizações mantidas pelo Governo Federal, regional ou municipal com o objetivo de fornecer de modo equitativo a todos os cidadãos e cidadãs o acesso ao conhecimento e à informação por meio de diversos recursos e suportes (UNESCO, 1944; THE PUBLIC..., 2001).

O Manifesto da IFLA/UNESCO (International Federation of Library Associations/ United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) sobre Bibliotecas Públicas de 1994, afirma ainda que a biblioteca pública deve fornecer recursos e serviços

nos variados suportes informacionais e culturais para atender às necessidades da população no que se refere à educação, informação, desenvolvimento pessoal, cultura e lazer, tendo a importante função de promover a democracia por meio do conhecimento e da reflexão (UNESCO, 1944; THE PUBLIC..., 2001).

Eixos importantes que se destacam nos objetivos da biblioteca pública descritos no Manifesto são o da estimulação da leitura e criatividade nas crianças e jovens, a promoção do conhecimento e apreciação da cultura em todas as suas manifestações, além do fornecimento de informação utilitária, científica e escolar a toda a comunidade. Ficam claras, portanto, as funções educativa, cultural, recreativa e informativa da biblioteca pública delineadas por Almeida Júnior (1997).

Conforme Suaiden (1995) destaca, a verdadeira função da biblioteca pública só é alcançada quando ela possui uma íntima interação com a comunidade. Sem essa interação, é difícil cumprir com seu objetivo de ser um dispositivo de acesso à informação para todas as pessoas, e, mais ainda, faz com que haja perda de investimento público, devido à sua subutilização por parte da população. Por isso, é preciso que exista engajamento da biblioteca pública com seus usuários, para que, cientes da importância da biblioteca, possam atuar e lutar juntos por mais incentivos e apoio governamental (SUAIDEN, 1995).

Essa aproximação com a comunidade e com seus interagentes se revela também na necessidade que a biblioteca pública tem de estender e interiorizar os seus serviços para atender aos habitantes da zona rural e das periferias e interagir melhor com esse público. Quando isso não ocorre, a biblioteca corre o risco de perder sua função social e sua razão de existência.

Esse risco é presente porque tradicionalmente a biblioteca pública preservou e reproduziu os interesses da classe dominante, ao invés de priorizar os interesses da população. Tal caráter elitista sempre privilegiou o atendimento aos habitantes do centro da cidade, área onde as bibliotecas públicas geralmente estão inseridas (SUAIDEN, 1995; ALMEIDA JÚNIOR, 1997).

Suaiden (1995) segue relatando que, tendo em vista o fato de a biblioteca pública não ter conseguido ampliar seus serviços à periferia e à zona rural e em razão dela não priorizar seu acesso à população mais afastada, esses grupos de pessoas mais humildes acabam se desmotivando a frequentar este espaço.

Para sanar suas necessidades, tal população concebe como suas fontes de informação professores e diretores das escolas, o que contribui para a perda do objetivo

da biblioteca pública de ser um centro irradiador de informação e cultura. Outro fator agravante para esse quadro é o despreparo do bibliotecário para atuar nesses espaços, e por isso uma reformulação dos currículos acadêmicos de Biblioteconomia, segundo o autor, é premente (SUAIDEN, 1995).

Tendo em vista as questões elencadas, aliadas ao fato de não existirem bibliotecas públicas em muitos locais e, sobretudo, a falta de investimentos do aparelho estatal apontada por vários autores da área para as bibliotecas existentes (SUAIDEN, 1995; ALMEIDA JUNIOR, 1997, MILANESI, 1989), – e constatada por levantamentos estatísticos municipais (CENSO..., 2010; RELATÓRIO ..., 2012) – observa-se o surgimento e emergência de novos tipos de bibliotecas para atender à população mais carente, a exemplo das bibliotecas populares e comunitárias.

As bibliotecas populares podem ser compreendidas de duas maneiras. A primeira se refere a um movimento estadonovista de forte cunho populista, também ligado à concepção de Educação Popular, ocorrido entre as décadas de 1930 a 1950 em algumas cidades do país, que tinha na instalação de bibliotecas uma maneira de educar a população e aumentar seu conhecimento cultural (VERRI, 2010).

Verri (2010, p. 76) explica que, no Recife, essas experiências de bibliotecas populares “vinham do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Belo Horizonte, tendo como padrão as das cidades dos Estados Unidos”. No entanto, o termo *popular* também foi utilizado pela sociedade para se referir a projetos genuinamente populares, ou seja, oriundos do povo. Por isso, algumas bibliotecas comunitárias também têm no nome o termo popular.

No caso das bibliotecas populares em Recife, apesar de elas serem mantidas pelo governo municipal, sua proposta de criação foi feita justamente em função do distanciamento da biblioteca pública dos bairros mais marginalizados da cidade. Além desse motivo, Verri (2010 p. 87) esclarece que a Biblioteca Pública de Pernambuco, apesar da longa existência (desde meados do século XIX), tinha benefícios de atuação limitados a poucos usuários, “sem complementar o sistema educacional e sem força política, a biblioteca pública não se habilitava ou não apresentava condições de atuação mais ampla, restringindo suas atividades a uma elite tradicional, de cunho conservador, voltado para pesquisas históricas ou jornalísticas”.

Destarte, diante do cenário de miséria social da capital pernambucana na década de 1950 e da ineficiência da biblioteca pública, o Diretor da antiga Diretoria de Documentação e Cultura da Prefeitura do Recife, Manoel de Souza Barros, propõe a

criação de bibliotecas populares dinâmicas no Recife, com fins de melhora do índice cultural do povo pobre. Na sua justificativa, ele argumenta:

Invoca-se, quase sempre, o fato de ser o Recife já servido por uma biblioteca estadual. Sem querer fazer apreciações em torno dessa entidade, somos obrigados a explicar que a mesma não tem condições de penetração entre as camadas da população pobre do Recife. Situada no centro, ela serve mais a um grupo de professores e intelectuais e a pequeno número de leitores de revistas, jornais e outros periódicos (REGUEIRA COSTA, 1954, p. 2 citado por VERRI, 2010, p. 86).

Conforme, Verri (2010) as bibliotecas populares foram construídas e desenvolvidas conseguindo sobreviver bem durante alguns anos, constituindo um fato inédito na cena recifense que possibilitou num curto espaço de tempo o planejamento e idealização da criação de tais bibliotecas. A inovação se destacou por fazer possível o encontro entre o livro e o povo. Como observa a autora, a empolgação com que se realizaram as ações foi poucas vezes encontrada no cenário político e social da cidade. Da mesma forma, a áurea democrática resultante do fim do Estado Novo reformulou um quadro que antes não considerava a população pobre. Contudo, por uma série de dificuldades políticas e econômicas, esses traços foram se enfraquecendo (VERRI, 2010).

Não deixa de ser interessante citar ainda uma passagem dita por Edson Nery da Fonseca, em concordância com esses argumentos, segundo a qual “o admirável movimento cultural do Recife dos anos de 40 e 50 fracassou por ter sido uma iniciativa governamental. Já em 1943, Rubens Borba de Moraes explicava o sucesso da biblioteca pública nos Estados Unidos por ser criada e administrada pela comunidade” (FONSECA, 2010, p. 19). Não tomando a fundo os limites dessa afirmação, ou seja, não eximindo o dever do aparelho governamental, é interessante notar a importância atribuída à participação comunitária na interação com as bibliotecas públicas como um elemento fundamental de sua manutenção.

Em fins dos anos 1970, o período militar no país causou uma grande estagnação, além de repressão e censura nos espaços de informação e leitura da cidade. No período de redemocratização, tanto as bibliotecas públicas quanto as populares foram se reerguendo aos poucos, fazendo eclodir na década de 1990, em meio aos movimentos sociais, o surgimento de várias iniciativas comunitárias, entre elas a criação de bibliotecas nas comunidades. Tais locais se diferenciavam das bibliotecas públicas e populares por serem criadas e mantidas pelas próprias camadas populares e por manterem uma relação

mais direta com as pessoas ao seu redor. Com um tempo, essas bibliotecas foram sendo denominadas bibliotecas comunitárias.

Uma comunidade pode ser entendida como um grupo de pessoas que convivem em uma mesma área territorial e que compartilham condições de vida semelhantes. Porém, embora a localização seja uma característica necessária de uma comunidade, o que garante sua existência é a partilha de experiências e modos de vida que promovam certa coesão social. Essa coesão confere a seus membros um sentimento de responsabilidade e comprometimento que, movidos pelas relações familiares e vicinais essencialmente orgânicas e intuitivas, saem em busca de seus objetivos (SUAIDEN, 1995; MACHADO, 2008).

Almeida Júnior, na década de 1990, quando iniciou uma discussão inicial do termo, considerou a biblioteca comunitária como uma modalidade do conceito de biblioteca alternativa. Para ele, se enquadraria nesse tipo de biblioteca todas as propostas que viessem mudar ou alterar os trabalhos da biblioteca tradicional, tais como: "Biblioteca-Ação Cultural", "Biblioteca-Centro Cultural" denominadas por Flusser, "Centro de Documentação Popular", "Serviço Referencial e de Informação", bem como "bibliotecas populares e comunitárias" (ALMEIDA JÚNIOR; 1993).

Concordando com Almeida Junior (1993), mas elencando pontos específicos que caracterizam as bibliotecas comunitárias e as diferenciam de outros tipos de bibliotecas, Machado (2008) aponta para:

- 1.a forma de constituição: são bibliotecas criadas efetivamente pela e não para a comunidade, como resultado de uma ação cultural.
- 2.a perspectiva comum do grupo em torno do combate à exclusão informacional como forma de luta pela igualdade e justiça social.
- 3.o processo de articulação local e o forte vínculo com a comunidade.
- 4.a referência espacial: estão, em geral, localizadas em regiões periféricas.
- 5.o fato de não serem instituições governamentais, ou com vinculação direta aos Municípios, Estados ou Federação (MACHADO, 2008, p. 60-61, grifos da autora).

Os tópicos um e cinco destacam o fato de serem criadas *pela* e não apenas *para* a comunidade e significa que, ao invés de ser uma iniciativa proposta unicamente por uma instância superior (governo, empresa privada) para uma comunidade, é instituída pelos próprios membros desta com a ajuda de instituições parceiras, embora existam exceções, quer dizer, bibliotecas que não foram exatamente criadas pela comunidade, mas por uma representação externa, que se denominam bibliotecas comunitárias e mantêm uma

interação forte com a comunidade.

Os tópicos dois e quatro apontam para o caráter inclusivo da biblioteca comunitária atuando como agente integrador, ao lutar pela inserção daqueles que são excluídos da sociedade da informação, sobretudo os habitantes das periferias (VIEIRA, 2007), reivindicando o direito de todos ao acesso à leitura, que muitas vezes é negligenciado pelo Estado.

O forte vínculo com a comunidade é outro fator de destaque dessas bibliotecas, conforme o tópico quinto, visto que promove uma reciprocidade de ações, na qual ambas as partes são beneficiadas. Ademais, para a sua própria manutenção, é necessária uma ampla habilidade de negociação e articulação social com a comunidade – escolas, comerciantes, moradores, associações, igrejas, como é destacado no terceiro ponto.

Como visto, as abordagens de Almeida Júnior (1993) e Machado (2008), se completam, tendo em vista que as bibliotecas comunitárias não deixam de ter o caráter alternativo à biblioteca pública, mas também comportam outros elementos que representam de maneira concreta a forma de constituição das bibliotecas comunitárias atuais.

Nesse sentido, é interessante observar que as propostas de Flusser (1980) para a caracterização de bibliotecas, as quais ele denominou como “verdadeiramente públicas” em oposição à biblioteca tradicional, adequam-se em grande medida às ações realizadas pelas bibliotecas comunitárias. Diz o autor que, por meio de uma dimensão criativa e mediadora, a biblioteca verdadeiramente pública deve não só oferecer a informação, mas também “analisar criticamente a herança cultural” em forma de ação. Além disso, defende que esse tipo de biblioteca possibilita ao “não-público” (ou usuários potenciais, população marginalizada) a condição de autor (a), para que eles também escrevam seus livros.

O autor pontua também que, ao contrário da biblioteca tradicional, que é implantada e, por isso, corre o risco de ser rejeitada pela população, na biblioteca-ação cultural, não existe esse perigo, pois foi criada pela comunidade e não para a comunidade, respondendo, portanto, às aspirações deste grupo. Por fim, assinala que, para além de atender a usuários, o animador-bibliotecário da biblioteca verdadeiramente pública deverá fazer parte da comunidade, prezando por uma postura verdadeiramente política (FLUSSER, 1980).

Esses pontos elencados por Flusser (1980) são, em grande parte, encontrados nas bibliotecas comunitárias, posto que o trabalho com a herança cultural, bem como o

estímulo à produção pelos usuários, é uma prática frequente nesses locais, que sempre buscam valorizar a cultura local e proporcionar atividades de escrita e produção cultural.

A particularidade de elas serem criadas pela comunidade, de fato, faz dela um dispositivo de interesse coletivo, de modo que as informações e ações são construídas por todos e atendem aos anseios do grupo. E, por fim, os integrantes das bibliotecas comunitárias fazem parte da comunidade e mantêm uma incidência política presente em todas as ações.

Assim, as bibliotecas comunitárias se apresentam como uma nova tipologia de bibliotecas. Porém, embora sejam espaços públicos de informação, são sustentadas por pessoas da sociedade em geral (FERNANDEZ; MACHADO, 2016). Elas se instituem como locais que buscam ser espaços de leitura, cultura e acesso à informação de sujeitos que, na maioria das vezes, não dispõem de outros espaços destinados à essas atividades.

Tais bibliotecas, também podem ser conceituadas como espaços de leitura que surgiram por iniciativa das comunidades e são gerenciados por elas, ou ainda aqueles espaços que, embora não tenham sido iniciativas das próprias comunidades, voltam-se para atendê-las. São locais que preservam sua natureza de uso público e comunitário em sua essência, tendo como princípio fundamental a participação de seu público nos processos decisórios e avaliativos (O QUE ..., 2014).

As bibliotecas comunitárias podem ainda ser consideradas uma “instituição de memória e de interação de práticas de aprendizagens e de mudanças sociais” (PRADO, 2009, p. 1). São formas de organização social, criadas para a produção, e troca e registro de conhecimentos locais, gerando, a partir disso, uma memória social (PRADO, 2009; PRADO; MACHADO, 2008).

As razões para a criação de bibliotecas comunitárias são muito singulares e difíceis de serem generalizadas, pois cada criador (a) teve um motivo especial para criar sua biblioteca. Porém, percebe-se que geralmente estes locais são criados por pessoas que sempre tiveram um envolvimento com livros e/ou por acumularem muitos livros em casa resolvem abrir esse acervo para a comunidade e criar uma biblioteca. Tais espaços também podem surgir a partir de iniciativas individuais ou coletivas internas (Igrejas, grupo de jovens, associação dos moradores ou idosos) ou externas (ONGs, empresas privadas) (MACHADO, 2008; VIERA, 2007; MADELLA, 2010).

Quanto aos motivos, cabe reforçar que, em muitas regiões, elas são uma forma de afastamento dos jovens do tráfico de drogas e das diversas situações de vulnerabilidade

social (MACHADO, 2008; BOTELHO, 2010). Também se constituem em uma alternativa à inexistência de espaços culturais nas regiões mais periféricas, e, na maioria das vezes, como uma forma de complementar ou até mesmo suprir o papel da biblioteca escolar e pública. Nesse sentido, além de reforço escolar ou atividades de leitura e alfabetização, as bibliotecas comunitárias também fornecem informação utilitária típica da biblioteca pública (RAMOS, 2015), servindo de ponto de referência para a comunidade.

No que se refere aos locais em que estão implantadas, Carneiro (2016) identifica que as bibliotecas comunitárias surgem em diversos ambientes, podendo ser eles domésticos (garagem, varanda, jardim), comerciais (padarias, restaurantes, lojas), ambientes ambulantes ou livres (geladeiras, caixas, bicicletas, ponto de ônibus) ou em um espaço próprio para este fim.

Na pesquisa “Bibliotecas comunitárias no Brasil: impactos na formação de leitores”, as autoras Fernandez, Machado e Rosa (2019) identificaram que o acervo dessas bibliotecas é formado tanto por doação como por compra e que a maioria delas adotam critérios de seleção, demonstrando uma preocupação com a qualidade das obras. Quanto ao tipo de material, o acervo é majoritariamente composto por livros literários evidenciando o compromisso desses espaços com a formação de leitores e leitoras.

Além de livros de literatura, encontram-se também “livros de história, artes, ciências sociais, obras de referência (dicionários, enciclopédias, atlas) e coleções de autores locais, [...] filmes e música, jogos, brinquedos e objetos históricos representativos da cultura local” e histórias em quadrinho cujo quantitativo varia de 3.000 a 120.000 mil exemplares dentre as 143 bibliotecas mapeadas (FERNANDEZ; MACHADO; ROSA, 2019, p. 43). As pesquisadoras apontam também a utilização do sistema de classificação por cores para a literatura de ficção e poesia desenvolvido por Cida Fernandez, bibliotecária do Centro de Cultura Luiz Freire, cuja estruturação permite uma autonomia maior dos sujeitos enquanto leitores.

A equipe das bibliotecas comunitárias se caracteriza por manter uma gestão compartilhada de caráter consultivo ou deliberativo. Nessa equipe atuam, os próprios idealizadores das bibliotecas, mediadores e mediadoras de leitura, bibliotecários (as), coordenadores (as) e facilitadores de oficinas (FERNANDEZ; MACHADO; ROSA, 2019).

Ao se tratar de uma biblioteca que surge na comunidade e para a comunidade, diferentemente dos outros tipos de bibliotecas, como as públicas, escolares ou universitárias, que possuem bibliotecários como os profissionais responsáveis pelos

espaços, nesses locais esse cargo fica majoritariamente sob o comando dos idealizadores dos projetos ou de pessoas voluntárias (MACHADO, 2008).

Assim, devido à falta de uma política pública que garanta recursos próprios para as bibliotecas, sobretudo as comunitárias, elas sofrem com o déficit de recursos humanos. As equipes são formadas por pessoas voluntárias ou que recebem uma ajuda de custo para manter a biblioteca em funcionamento. Isso causa uma rotatividade alta de pessoal, “implicando uma inconstância na execução de projetos” (SANTANA, 2014, p. 20).

Todavia, essas pessoas, apesar de na maioria das vezes não ter formação específica em Biblioteconomia, possuem outros valores e habilidades que são fundamentais para sua atuação, como serem leitoras, ter formação política, amor à comunidade e aos livros e empatia com os usuários (BASTOS; GALLI; ROMÃO, 2013). Conforme constatado por Silva (2011, p. 162), apesar da ausência de bibliotecários nas bibliotecas comunitárias, “as iniciativas parecem funcionar de maneira mais eficaz”. Contudo, essa eficácia não se encontra apenas “materializada nos procedimentos técnicos e formalização organizacional, mas na presença espontânea dos usuários e na demonstração de ser este, um espaço necessário à comunidade” (SILVA, 2011, p.161).

Assim sendo, se os recursos humanos são escassos, os financeiros são mais ainda. Para manter esses espaços, seus coordenadores procuram articular variadas formas de negociação com diversas instâncias da sociedade, seja com prefeituras, universidades, empresas, fundações ou bancos.

Algumas se mantêm apenas com as taxas cobradas por atraso de livro; outras estabelecem parcerias com a comunidade, empresas, ONGs ou com os integrantes da biblioteca para a doação de uma quantia mínima por mês para ajudar nas despesas. Muitas delas se inscrevem nos editais de financiamento ou premiação para iniciativas do tipo (MACHADO, 2008).

Isso ocorre porque essas instituições não possuem um tipo de política pública para lhes amparar. Machado (2008) explica que as políticas públicas para bibliotecas comunitárias não podem ser pensadas de forma isolada. Elas têm de ser planejadas de forma integrada com as políticas públicas para bibliotecas públicas e escolares. Essas políticas são necessárias, seja porque as iniciativas individuais não possuem condições de se sustentar sozinhas em longo prazo ou porque, na posição de iniciativas apoiadas por estruturas do Terceiro Setor, não podem estar sujeitas aos riscos decorrentes do modelo neoliberal de responsabilidade social que essas empresas carregam (MACHADO, 2008;

2010). Trataremos com mais detalhes sobre essa questão nas seções 4 e 5.

A partir desse panorama traçado, que discutiu conceitos e caracterizou as bibliotecas comunitárias, partiremos para uma compreensão da importância social que as bibliotecas públicas e comunitárias possuem tanto na vida de seus interagentes, no que se refere ao fomento à leitura, escrita e criação, quanto no desenvolvimento da comunidade no âmbito da sustentabilidade local.

3 BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS COMO DISPOSITIVOS DE ACESSO E CRIAÇÃO DE INFORMAÇÃO, LEITURA E CULTURA

Como visto, as bibliotecas comunitárias se conformam como uma nova tipologia de bibliotecas, tendo em vista sua origem, forma de atuação e manutenção financeira e estrutural. Ao mesmo tempo, compartilham com as outras bibliotecas várias características, assim como os desafios perante a falta de recursos e de políticas que garantam sua sustentabilidade.

Queremos, nesse momento, apontar a função social das bibliotecas comunitárias para as pessoas e as comunidades em que estão inseridas. Tal papel é evidenciado na transformação de vidas de jovens em situação vulnerável, na vida das crianças que se alfabetizam na biblioteca, na vida de mães e avós que retomam o hábito da leitura, entre tantos outros benefícios que são proporcionados pela biblioteca, sobretudo por meio da literatura e da arte.

Dessa forma, as bibliotecas comunitárias são espaços que surgem da iniciativa popular, em reivindicação à escassez de espaços culturais e bibliotecas públicas nas comunidades. Ainda atuam como uma forma de afastamento dos jovens das diversas situações de violência e vulnerabilidade social (VIEIRA, 2007; MACHADO, 2008; SILVA, 2011). Como reforçado por Botelho (2010, p. 22-23), a intenção desses espaços é transformar de alguma forma sua localidade

[...] quase sempre marcada pela violência, jovens envolvidos com drogas, desemprego, precariedade nos serviços de saúde, educação e cultura. Levar informação através do livro, da leitura e atividades culturais a essas comunidades marcadas por privações de todos os níveis, é apontar um caminho diferente à marginalidade. É contribuir para o desenvolvimento pessoal do indivíduo e de uma comunidade mais próxima da cidadania.

Sobre esse último aspecto, a crença de que a leitura possui um papel transformador na vida dos jovens é destacada também por Petit (2009, p.13), quando afirma que a leitura contribui para que crianças, adolescentes e adultos “encaminhem-se no sentido mais do pensamento do que da violência. Em certas condições, a leitura permite abrir um campo de possibilidades, inclusive onde parecia não existir nenhuma margem de manobra”.

Esta mesma leitura é, por sua vez, indissociável da escrita e da criação. Além do acesso à leitura, informação e educação, a biblioteca comunitária também é local da criação. A criação aqui vai ser analisada sob os vieses da ação cultural, da escrita e da mediação cultural, por serem formas de atuação singulares das bibliotecas comunitárias.

Nesse sentido, o bibliotecário e escritor brasileiro Augusto Milanese propõe um novo modelo de biblioteca, no qual o antigo modelo, que apenas organizava e disponibilizava as informações, cede lugar ao modelo que considera a biblioteca como espaço de produção e criação. A partir do momento em que a biblioteca assume a função de casa da cultura, a criação permanente torna-se seu objetivo primordial. O autor defende que “é necessário que as pessoas, articulando o seu próprio discurso, possa expressá-lo por meio da escrita, da fala, do gesto, das formas, dos sons e, sempre que possível registrá-lo” (MILANESI, 2003).

Freire (2011, p. 33) já se referia à biblioteca popular “como um centro de cultura e não como um depósito silencioso de livros”. O autor a considera “fator fundamental para o aperfeiçoamento e a intensificação de uma forma correta de ler o texto em relação ao contexto”, estimulando a criação de trabalhos em grupos que sejam verdadeiros seminários de leitura, buscando tanto seu aprofundamento crítico como a compreensão da sua significação.

O autor de *A importância do ato de ler* continua: “Se antes raramente os grupos populares eram estimulados a escrever seus textos, agora é fundamental fazê-lo, desde o começo mesmo da alfabetização para que, na pós-alfabetização, se vá tentando a formação do que poderá vir a ser uma pequena biblioteca popular com a inclusão de páginas escritas pelos próprios educandos” (FREIRE, 2011, p. 43).

Nesse sentido, esses autores e autoras defendem que as bibliotecas além de possibilitarem o acesso à informação em si, devem promover a possibilidade de criação. Esta criação pode ser proporcionada tanto pela ação cultural como pela mediação de leitura.

Coelho Neto (1997, p. 32) define ação cultural como “conjunto de procedimentos,

envolvendo recursos humanos e materiais, que visam pôr em prática os objetivos de uma determinada política cultural”. Para isso, uma ação cultural deve articular agentes culturais previamente preparados para atender a públicos específicos com o objetivo de “fazer uma ponte entre esse público e uma obra de cultura ou arte”. O autor destaca que a intenção maior de uma ação cultural é dar condições necessárias para que o grupo crie seu próprio universo cultural.

De modo mais específico, Flusser (1983, p. 163) analisa a ação cultural em bibliotecas, considerando-a enquanto uma prática ligada à dimensão política da profissão do bibliotecário e como instrumento fundamental de atuação das bibliotecas. A ação cultural efetiva privilegia a criação cultural ao invés do consumo cultural e tem por objetivo maior suscitar uma cultura literária viva e não apenas oferecer livros.

Dessa forma, para que uma biblioteca se torne um centro cultural, é necessário que ela se volte também para os usuários potenciais, ou seja, dê a palavra ao não-público, permita a criação e recriação, o diálogo. Nesta biblioteca, o desenvolvimento cultural da comunidade é feito tanto pelo conhecimento da cultura que já existe como pela criação da cultura “que está constantemente a se fazer” (FLUSSER, 1983, p. 166).

O autor tece ainda considerações sobre o que o livro representa nas ações culturais em bibliotecas. Para ele, o livro não é um objeto, números estatísticos de empréstimos ou uma coisa com fim em si mesma, mas algo que permite aos sujeitos dialogar com o autor, com um tempo histórico distante, com um grupo social e étnico diferente, favorecendo que os leitores construam leituras e releituras (FLUSSER, 1983). Em outras palavras, Borges (2000, p. 12) assevera: “pois, o que é um livro em si mesmo? Um livro é um objeto físico num mundo de objetos físicos. É um conjunto de símbolos mortos. E então aparece o leitor certo e as palavras [...] saltam para a vida, e temos uma ressurreição da palavra”.

Desse modo, Pinto (2013), sob outra perspectiva, a partir dos pilares teóricos de Blumer, com a interação simbólica; de Freire, com a ação cultural para a liberdade, e de Vygotsky, com a interação social, considera as bibliotecas comunitárias como dispositivos de ação cultural. Para ele, essa ação é feita tanto por meio da formação de leitores como pela mediação cultural que envolve as várias manifestações artísticas, como música, literatura, cinema, artes etc. Parte do princípio de que as bibliotecas são dispositivos de ação, ou seja, ambientes vivos e não apenas um local com livros.

Nessa perspectiva, o autor defende que “o mediador deve pensar sempre nas identidades (ou significações) e nas memórias da comunidade onde a biblioteca está

inserida. Assim, deve ser um dispositivo que preserva a cultura local, e cuja preservação é baseada nos registros das memórias”, além da disseminação da cultura contemporânea. Sustenta ainda que “as bibliotecas comunitárias são espaços de memórias e possibilidades de emancipação de suas comunidades e por isso não devem se manter silenciadas, reproduzindo o discurso repressivo dominante (dominação simbólica), mas sim devem emancipar sua própria cultura, rompendo os muros da periferia” (PINTO, 2013, p. 29).

Sobre isso, Cavalcante e Feitosa (2014, p. 262) expõem que a invisibilidade a que o mundo hegemônico e globalizado submete as comunidades locais não deve ser aceita por elas. Isso faz com que as ofertas informacionais divulgadas não correspondam às demandas comunitárias. Dessa forma, os sujeitos necessitam que os difusores de informação, como as bibliotecas, escutem suas “peculiaridades culturais e simbólicas”, fazendo-as informação e notícia, “produtoras e fomentadoras de informação”.

Concordamos com Pinto (2013), ao afirmar que as ações culturais em bibliotecas são ações que buscam dar vida aos livros. Quer dizer, para além de uma leitura em si mesma, a ação cultural busca desdobramentos, releituras, possibilita dar novas vozes ao texto, retrabalhar o texto em novos gêneros ou suportes, permite mesclas. A mediação de leitura é considerada pelo autor uma das principais formas de realizar a ação cultural.

Da mesma forma que Flusser, o autor acredita no poder da leitura, na sua dimensão subversiva e criativa, que estimula a imaginação e traz novas referências ao repertório do leitor. Numa mediação literária, além da condição estritamente necessária de o (a) mediador (a) ser leitor (a), convém também se utilizar estratégias de leitura que valorizem e motivem os ouvintes/participantes a partir do contexto em que eles estão inseridos, de seus gostos. A extrapolação do texto com perguntas, relações intertextuais, releitura com outras linguagens também são elementos essenciais (PINTO, 2013).

É comum e peculiar às bibliotecas comunitárias o desenvolvimento de ações culturais (MACHADO, 2008; COSTA, 2011). Esses momentos são marcas registradas de atuação dessas bibliotecas, que pretendem, com a ação cultural, disseminar manifestações culturais, artísticas e literárias de forma a aproximar e potencializar cultura e arte de seu público. A mediação de leitura, por sua vez, também é uma prática frequentemente adotada pelas bibliotecas comunitárias como forma de promover o gosto pela leitura, pois sabe-se que nestes contextos muitas pessoas não possuem acesso a tais práticas na família ou na escola.

Nas comunidades periféricas, marcadas pela exclusão social com moradias

precárias, alto índice de desemprego e falta de serviços básicos, a ausência de práticas culturais e leitoras é comum entre seus habitantes. Daí advém a importância do (a) mediador(a) de leitura como um agente que promove o encontro entre o leitor e o livro de forma prazerosa e interessante, possibilitando a construção de suas próprias experiências leitoras e contribuindo para a emancipação de seus saberes (ONG ..., 2014).

Além de todos os benefícios que a leitura e a informação podem trazer para os indivíduos a partir do acesso ao conhecimento oferecido pelas bibliotecas, seja em forma de ação cultural, pela mediação de leitura ou por simplesmente disponibilizar um espaço para a discussão de temas comunitários, oficinas, empréstimo de livros, busca por informação utilitária, entre outros, a presença desses espaços também contribui para o desenvolvimento local de suas comunidades.

Nesse caminho, embora o direito à informação, educação e cultura seja garantido pela legislação brasileira, não dispomos de meios que possibilitem tal acesso para todos. A baixa quantidade de bibliotecas, a falta de uma cultura livresca e o baixo nível de educação impedem que esses direitos sejam concretizados. Contudo, devemos lutar em busca da efetivação desses direitos e, ao mesmo tempo, apoiar política e socialmente as iniciativas paralelas que promovem, por meio da ação comunitária, esse acesso à educação e à leitura. Tais ações e a garantia desses direitos são condições básicas para o exercício da cidadania (VIEIRA, 2007). A importância da informação e da leitura é destacada por Targino (1991), que a considera um bem comum

[...] que pode e deve atuar como fator de integração, democratização, igualdade, cidadania, libertação, dignidade pessoal. Não há exercício da cidadania sem informação. Isso porque, até para cumprir seus deveres e reivindicar seus direitos sejam eles civis, políticos ou sociais o cidadão precisa conhecer e reconhecê-los e isto é informação (TARGINO, 1991, p. 155).

Sendo assim, Cavalcante e Feitosa (2014) apontam que o acesso à leitura e à informação oferecido pelas bibliotecas possibilita o conhecimento e a produção de saberes locais produzidos no cotidiano das comunidades. A importante função do acesso e compartilhamento da informação para a sustentabilidade das comunidades é indispensável para mitigar as desigualdades sociais e possibilitar a inclusão social de seus membros.

Nesse tocante, a melhora das condições de vida de uma população está

intimamente ligada ao valor que seus de seus habitantes dão à informação e à leitura como necessidade primária para o desenvolvimento local, já que sabemos do seu potencial esclarecedor e subversivo. Cavalcante (2014) destaca algumas contribuições que o acesso à informação pode trazer à comunidade:

- Para tomada de decisões relativa à solução de problemas específicos do cotidiano.
- Para auxiliar a pequenos comerciantes e artesãos a melhorarem seu negócio.
- Para auxiliar no combate à situação de pobreza existente na comunidade, ajudando a criar atividades produtivas.
[...]
- Para que os pais auxiliem na educação dos filhos [ou os filhos na educação dos pais].
- Para o fortalecimento de suas associações, sindicatos, cooperativas etc.
- Para encontrar soluções para os problemas de saúde.
- Para ajudar a resolver problemas jurídicos.
- Para estimular a prática do desenvolvimento local.
- Para se unir contra qualquer tipo de dominação, reconhecendo seus direitos e deveres (CAVALCANTE, 2014, p. 29).

Neste caso, a informação atua como insumo para desenvolver o capital humano e a economia local. A comunidade constitui o território propício ao compartilhamento de informações e conhecimentos fomentando um ambiente de aprendizagem que fornece condições a inovação local, a partir da criatividade popular e de uma dinâmica de cooperação e interação. A sustentabilidade de tais locais é adquirida por meio uso social da informação e do capital social de seus membros mediante relações de confiança, cogestão, coparticipação, referências socioculturais e objetivos comuns (ALBAGLI, 2003; GADOTTI; GUTIÉRREZ, 1993).

As ações destacadas por Cavalcante (2014) também se conformam como algumas das benesses promovidas pelas bibliotecas comunitárias para as comunidades em que se localizam, demonstrando seu poder de atuação para a emancipação de seus habitantes. Tais iniciativas são relevantes para a valorização da cultura local e para o atendimento das necessidades específicas de sua população, tendo em vista o fato de muitas vezes essas comunidades não estarem representadas nos meios de difusão de informação mais amplos, como a própria biblioteca pública ou a mídia.

Partindo de uma compreensão sociológica de informação como “aquilo que medeia nossas relações com o mundo e entre nós mesmos, como matéria-prima comunicacional” (CAVALCANTE; FEITOSA, 2014, p. 259), os autores consideram que as necessidades de

informação de comunidades locais não são dadas por vias do modelo hegemônico midiático, mas pelas “relações que se estabelecem no interior das comunidades ou à luz dos seus desejos comuns”.

Em outras palavras, as expectativas informacionais das comunidades são oriundas do patrimônio cultural delas, de sua tradição, memória e identidade. Nesse sentido, atualmente instauram-se novas lógicas para pensar o atendimento a essas demandas. Primeiramente, tem-se que, com o advento das tecnologias de informação e seus efeitos ubíquos, o (a) usuário (a) sai da posição de espera e torna-se simultaneamente buscador (a)/mediador (a) e produtor (a) de informação. Sob esse olhar, os autores assinalam que “essa lógica altera as práticas informacionais do acesso e do direito a elas – mensagens e notícias agendadas pela mídia – dando ao usuário o poder de decisão antes impensado” (CAVALCANTE; FEITOSA, 2014, p. 261).

Na seção seguinte, trataremos com mais detalhes sobre algumas políticas existentes relacionadas a essas tipologias de bibliotecas, no que respeita às iniciativas governamentais que estão sendo realizadas em prol das bibliotecas públicas e comunitárias e os desafios na criação de políticas públicas para a área.

4 POLÍTICAS NACIONAIS PARA BIBLIOTECAS PÚBLICAS E COMUNITÁRIAS

Compreendemos que é função do Estado garantir à população direitos fundamentais que lhes proporcionem uma vida digna, que inclui não apenas o direito ao sistema público de saúde, educação, saneamento e segurança, mas também o direito aos bens culturais, como bibliotecas públicas, museus e arquivos.

Sendo assim, as políticas públicas podem ser entendidas como estratégias que “servem para mudanças sociais que têm como princípio a igualdade social, sendo, portanto, um processo dinâmico, permanente e contínuo, contraditório, fruto geralmente da ação e/ou posição dos vários movimentos sociais nos estados capitalistas” (FERREIRA, 2006, p. 115). São resultados do diálogo e da intervenção entre sociedade civil e o Estado para prover garantias de caráter permanente aos serviços públicos de que ela necessita.

Nos âmbitos nacional, estaduais e municipais o país possui algumas ações em torno das políticas públicas para área do livro e da leitura que vêm avançando ao longo dos anos. Em alguns Estados de forma mais avançada e em outros de maneira mais tímida tendo em vista a pouca atenção dada a este setor pelas gestões locais.

As bibliotecas públicas e municipais são criadas e mantidas pelo Estado e município, geralmente ligadas às Secretarias de Educação ou Cultura, mas, no âmbito das políticas públicas, vinculam-se institucionalmente à área de Cultura, estando, portanto, subordinadas ao Ministério da Cultura (MinC).

Entre algumas ações voltadas para a implementação e o fortalecimento de bibliotecas e para os programas de incentivo à leitura criadas pelo MinC, merecem destaque a criação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) e o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER), ambos criados em 1992 e subordinados à Fundação Biblioteca Nacional (FBN) até 2015. Depois dessa data, eles passaram a ser vinculados à Diretoria de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (DLLLLB) (MACHADO, 2008; FERNANDEZ; MACHADO, 2016).

Machado (2008) relata que alguns desses programas, por estarem subordinados à FBN, ficaram impossibilitados de agir de maneira mais autônoma e que outros não conseguiram agir de maneira articulada e completa, mas de forma pontual e fragmentada. Apesar de o Ministério da Cultura ser o responsável pelas políticas públicas para bibliotecas, outros órgãos e ministérios federais também se preocuparam em incluir em seus programas ações que de alguma forma orientassem esses espaços. O Ministério da Educação (MEC), por exemplo, criou o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), o Programa Nacional Bibliotecas da Escola (PNBE), a Política de Formação de Leitores e o Programa Nacional Biblioteca da Escola para o Ensino Médio (PNBEM) (MACHADO, 2008).

O Ministério da Ciência e Tecnologia, por sua vez, considerou as bibliotecas públicas para a implantação do Programa Sociedade da Informação (SOCINFO), em 1996. E o Ministério da Reforma Agrária lançou o projeto Arca das Letras, em 2003. As fragilidades desses programas e ações consistem na forma de ação isolada e falta de integração entre os diversos programas. Para Machado (2008), seria o SNBP o responsável por essa função de articulação, o que não ocorria.

Em 2003, é instituída pela Lei n. 10.753, de 30 de outubro de 2003, a Política Nacional do Livro (PNL), com diretrizes que visam, entre outros pontos, a garantir o direito de acesso ao livro, apoiar a difusão e comercialização do livro, incentivar o hábito da leitura, instalar e ampliar o número de livrarias e bibliotecas, estimular a produção intelectual de escritores brasileiros e tornar o livro mais acessível a pessoas com deficiência (BRASIL, 2003). A criação da PNL constitui um marco importante para a área,

posto que “reconhece o direito de acesso e uso do livro e fixa a obrigação do Estado em desenvolver políticas para fomentar a sua cadeia de produção, ampliar o acesso à leitura e melhorar a formação de leitores” (AUSÊNCIA..., 2015).

Outro marco fundamental criado a partir do movimento Viva Leitura, do Ano Ibero-Americano de leitura e da PNL e lançado pelo Governo Federal por meio dos Ministérios da Cultura e Educação em 2006 é o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL). O Plano surgiu justamente com o objetivo de integrar os programas, projetos e ações sobre livro, leitura, literatura e biblioteca, que com o Decreto n. 7.559, de 1º de setembro de 2011, instituiu-se como uma de política de Estado para a área (BRASIL, 2006; 2011).

De fato, a proposta foi uma conquista e teve um forte cunho participativo quando conseguiu articular as diversas instâncias da sociedade, como a cadeia produtiva, a cadeia mediadora de instituições públicas e privadas e a sociedade civil (MACHADO, 2008; BRASIL, 2011). Em continuidade a isso, essa mesma participação é necessária e fundamental para a consolidação dessas políticas, pois para que haja uma maior eficiência das políticas públicas, é preciso que os Estados e Municípios construam seus próprios Planos Estaduais e Municipais do Livro, Leitura e Biblioteca.

Em 2007, é criado o Programa Mais Cultura, o primeiro programa no país a incluir ações para as bibliotecas comunitárias a partir do conceito de Pontos de Cultura, ação do Programa Cultura Viva (MACHADO, 2008). Em 2010, o Programa Mais Cultura lança dois editais para modernização e apoio a Bibliotecas Municipais e Públicas para angariar recursos para a aquisição de mobiliário, equipamento e acervo. Outra ação importante deste mesmo ano foi o lançamento do I Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais para identificação e mapeamento destes equipamentos culturais em prol de uma melhor fundamentação das políticas públicas (SILVA, 2014). Também é aprovado em 2010 o Plano Nacional de Cultura (PNC), que, assim como o PNLL, foi resultado de encontros com a sociedade civil, por meio de conferências nos estados e municípios brasileiros.

Dentre as iniciativas por parte do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e do Ministério da Cultura, destacamos: a) o 1º Concurso Pontos de Leitura 2008 – Edição Machado de Assis, que selecionou 516 iniciativas; b) Edital de Apoio à Bibliotecas Comunitárias e Pontos de Leitura, de 2012; c) Prêmio Leitura para Todos: Projetos Sociais de Leitura, em 2014 (BIBLIOTECA NACIONAL, 2014).

Em 2012, o SNBP vinculou-se ao Programa Ibero-Americano de Bibliotecas Públicas – IBERBIBLIOTECAS, e desde esse ano realiza anualmente inscrições de projetos. Em 2016, lançou a 4ª *Convocatória de Ajudas* destinando-se a bibliotecas públicas e comunitárias de países e cidades membros do Programa, a saber: Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Espanha, México e da cidade de Medellín, na Colômbia. O objetivo do IBERBIBLIOTECAS é “consolidar as bibliotecas públicas como espaços de livre acesso à informação e à leitura, de trabalhar pela inclusão social e de contribuir para a qualificação da educação e do desenvolvimento” (PROGRAMA..., 2016, *on-line*).

Outras ações do Ministério da Cultura em parceria com a Secretaria PNLL, a DLLL B e o SNBP foram o Edital de Fortalecimento do Sistema Nacional de Cultura e do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, além dos seguintes prêmios: a) Prêmio às Boas Práticas e Inovação em Bibliotecas Públicas, em 2014; b) Prêmio Todos Por Um Brasil de Leitores, em 2015; c) a 8ª edição do Prêmio Viva Leitura, em 2016, que integra as ações do PNLL e ocorre desde 2006 (SILVA, 2014).

Por fim, em 2018 é instituída a Política Nacional de Leitura e Escrita, por meio da Lei nº 13.696/2018 de 13 de julho de 2018, enquanto uma política pública de Estado permanente que resulta de discussões realizadas por cerca de doze anos em torno das atividades do PNLL. Elaborada por José Castilho Marques Neto, na época secretário-executivo do PNLL, juntamente com representantes das áreas do livro e leitura, e entregue a senadora Fátima Bezerra, esta lei permite à sociedade cobrar do Poder Executivo o cumprimento dos objetivos previstos em seu texto e a garantia de estratégias permanentes para a área (BRASIL, 2018).

Neste panorama, torna-se essencial a construção e efetivação dos planos estaduais e municipais do livro e leitura para que haja destinação orçamentária concreta para as bibliotecas. Cabe destacar a forte presença das bibliotecas comunitárias na elaboração de tais planos, sobretudo após a estruturação da Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias (RNBC) que fortaleceu e facilitou a comunicação e articulação entre as bibliotecas. De acordo com a pesquisa realizada por Fernandez, Machado e Rosa (2019), cerca de 45,5% das bibliotecas comunitárias participam da elaboração dos Planos Municipais do Livro, Leitura e Bibliotecas, seguido de 29,4% que participam da construção dos Planos Estaduais. Além disso, o estudo também revelou que 47,8% das bibliotecas comunitárias vinculadas à RNBC têm representação nos conselhos municipais e/ou estaduais de políticas culturais.

5 POLÍTICAS LOCAIS PARA BIBLIOTECAS PÚBLICAS E COMUNITÁRIAS: O CASO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

No Estado de Pernambuco, essas iniciativas têm partido especialmente de dois coletivos: a Rede de Bibliotecas Comunitárias da Região Metropolitana do Recife (Releitura - PE) e o Fórum Pernambucano em Defesa das Bibliotecas, Livro, Leitura e Literatura. Em estudo feito por Silva (2014), a autora constata que a atenção dada às bibliotecas deste Estado por parte do governo estadual e municipal não é suficiente, tendo em vista os vários problemas encontrados em tais espaços, conforme o I Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais de 2010 (CENSO..., 2010) e o Mapeamento Preliminar realizado pelo referido Fórum durante o 1º Encontro de Bibliotecas Públicas em Pernambuco de 2012 (RELATÓRIO..., 2012).

Este evento se mostrou relevante tanto para a identificação da situação das bibliotecas públicas, escolares e comunitárias como para a indicação dos novos caminhos possíveis. A ação gerou dois documentos que foram enviados à Secretaria de Educação e Cultura do Estado, quais sejam: a Carta do Recife, com os principais pontos de reivindicações, e o mapeamento do setor de bibliotecas públicas no Estado de Pernambuco (PRINCIPAIS..., 2012; UNIR ..., 2012).

Como verificado por Silva (2014), a existência de iniciativas municipais de apoio às bibliotecas na região pernambucana, além de serem escassas, muitas vezes fomentam mais o elo produtivo do livro (editoras, livreiros) do que o elo mediador (bibliotecas), o que também foi constatado por Machado (2008). Além disso, muitas das políticas que existem para bibliotecas são falhas, pois não atendem às especificidades de todas as bibliotecas, sobretudo as comunitárias, sem falar na concorrência desleal entre os diferentes tipos de bibliotecas que são impostas pelos editais (BIBLIOTECAS..., 2015b).

Nos dados levantados no citado Relatório Preliminar do Encontro, a maior presença tanto em número de bibliotecas quanto de pessoas, foram referentes às bibliotecas comunitárias (33), seguido das bibliotecas escolares (17) e por fim das bibliotecas públicas e municipais (15). Destacamos alguns dados referentes a esse levantamento para apresentar uma noção do quadro em que se encontram tais bibliotecas, mas ressaltando a não dispensa ao original (SILVA, 2014), sobretudo por que as especificidades de cada dado não serão mostradas aqui.

No Estado de Pernambuco, das 185 cidades existentes tem-se que 85% possuem

bibliotecas públicas abertas. Todavia, isso não quer dizer que elas funcionem adequadamente, já que grandes problemas estruturais encontrados nessas bibliotecas impedem seu funcionamento eficiente (CENSO..., 2010; SILVA, 2014; NOSSO..., 2016).

Desse modo, destacamos alguns dos principais resultados do diagnóstico: a) a diversidade do acervo é maior nas bibliotecas escolares e comunitárias; b) em termos de acessibilidade, as três tipologias mantêm poucas obras em braile e áudio-livros; c) a atualização do acervo é maior nas bibliotecas escolares e comunitárias; d) a aquisição do acervo é feita em sua maioria por meio de doações e uma pequena parte por compras, embora na maioria das bibliotecas públicas seja por doação; e) o acervo das bibliotecas comunitárias é majoritariamente automatizado; já nas escolares e públicas, esse número é bem reduzido; f) especificamente quanto às bibliotecas públicas e municipais, verificaram-se dois dados curiosos: primeiro que, de 15 bibliotecas participantes, apenas uma delas possuía computadores suficientes para o uso da equipe e usuários. Por outro lado, todas as bibliotecas desenvolviam alguma atividade de mediação de leitura (SILVA, 2014).

A esse cenário estadual, soma-se o quadro municipal na cidade do Recife, em que, na Região Metropolitana, considerando os três municípios mais populosos, quais sejam: Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Recife, existem apenas seis bibliotecas públicas. Dentre elas, apenas uma é estadual e as outras cinco são municipais, com três delas situadas em Recife para atender a uma população de cerca de 2, 5 milhões de habitantes. Se fizéssemos um recorte para a capital pernambucana, então teríamos uma cota de 1.533.580 pessoas para quatro bibliotecas, o que corresponde a uma demanda de 400 mil pessoas para cada biblioteca, quando a média nacional é de uma biblioteca para 35 mil habitantes (NOSSO..., 2016).

É em função desse panorama que a sociedade civil vem atuando em busca de melhorias para esses espaços e da construção de políticas públicas. Sobre isso, Pernambuco possui a Lei n. 12.829, mais conhecida como a Lei Coutinho, promulgada desde 2005, que dispõe sobre a Política Estadual do Livro. Esta lei representa uma referência para o Estado discutir as demandas do setor e serve de mote para a construção do PELL (CERVINSKIS; SANTANA, 2014).

No referido estado nordestino, como citado, a mobilização da sociedade civil por políticas de leitura tem partido do Fórum Pernambucano em Defesa das Bibliotecas, Livro, Leitura e Literatura, que surgiu em 2006 e tem como integrantes a Rede de Bibliotecas

Comunitárias da Região Metropolitana do Recife (Releitura), o Centro de Cultura Luiz Freire, as Coordenadorias de Literatura das Secretarias de Cultura e de Educação de Pernambuco, o Centro de Estudos em Educação e Linguagem da UFPE, o Departamento de Ciência da Informação da UFPE, a Biblioteca Pública do Estado, além de diversas outras entidades profissionais do setor do livro.

A atuação do Fórum na incidência sobre as políticas públicas do Estado permitiu a aprovação da Lei do Livro nos municípios de Olinda, Recife e Caruaru, e a partir de então o foco foi direcionado para a construção do Plano Estadual do Livro e da Leitura (PELL) para o Estado de Pernambuco (QUAL..., 2015).

Neste contexto, apesar de as bibliotecas comunitárias proverem acesso à educação e cultura nos bairros da periferia de Recife, contribuindo para a melhoria de vida das comunidades e da população, elas ainda sofrem com a falta de apoio do aparelho estatal. Embora exerçam um importante papel “no atendimento a algo que é de evidente interesse da sociedade, ao prestar serviços públicos num nível em que o próprio Estado se demonstra incapaz de cumprir, elas ainda lutam por reconhecimento e apoio dos governos. Praticamente todas são mantidas por fundos privados” (BIBLIOTECAS..., 2015a, p. 13).

Diante desse quadro, percebemos que algumas conquistas já vêm sendo alcançadas, mas que é necessário avançar mais com o fim construir políticas públicas perenes, que amparem as bibliotecas no que diz respeito à sua autonomia financeira, sobretudo para que consigam desenvolver ações contínuas, com destinação de recursos específica.

Assim, quando apontamos no início do texto que uma das causas do aparecimento da biblioteca comunitária foi por conta da pouca aproximação das bibliotecas públicas com suas comunidades, sabemos também que esse distanciamento é reflexo da falta de apoio estatal a esses equipamentos culturais, que sofrem com a carência de recursos humanos e financeiros para realizar suas atividades. Por isso, destacamos essas informações referentes especificamente às bibliotecas pernambucanas, que tornam ainda mais evidente o surgimento do grande número de bibliotecas comunitárias no Estado.

Em contrapartida, apesar de o investimento público ser imprescindível ao funcionamento dessas bibliotecas, é importante também – e as bibliotecas comunitárias estão cada vez mais caminhando nesse sentido – que esses espaços desenvolvam formas de se manter sustentáveis por meio da mobilização de recursos culturais, políticos e

financeiros. Nessa perspectiva, a sustentabilidade é considerada para além dos recursos financeiros, pois valoriza, sobretudo, as pessoas, seus saberes e costumes (FERNANDEZ; RONDON, 2017).

É necessário, portanto, continuar a resistência e manter a atuação política em duas frentes: tanto na busca e concretização das políticas públicas com a criação dos Planos Municipais e Estaduais do Livro e Leitura e Bibliotecas e suas devidas destinações orçamentárias, como na mobilização e articulação de redes parceiras visando ampliar o enraizamento comunitário e aumentar a capacidade de comunicação em busca de outras alternativas de obtenção de recursos e formas de sobrevivência.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa intenção com este estudo foi trazer um recorte teórico acerca do tema bibliotecas comunitárias a partir de uma perspectiva conceitual e analítica que buscou discutir a origem do termo “biblioteca comunitária” bem com a origem do movimento social “bibliotecas comunitárias”, enquanto uma ação político-social que surgiu da própria população em reivindicação ao descaso informacional à que são submetidas.

Vimos que a literatura científica sobre bibliotecas públicas faz uma crítica a sua ineficiência e apela para a urgente necessidade de revigoração contínuo desses espaços. Em função disso, os autores e autoras descrevem o aparecimento de outros tipos de bibliotecas para suprir as demandas informacionais e leitoras de seu público. Assim, surgem bibliotecas populares e bibliotecas comunitárias a que os teóricos denominam de bibliotecas alternativas, como termos característicos dessa nova modalidade de espaço comunitário de leitura.

As bibliotecas populares podem ser compreendidas tanto enquanto um movimento de cunho populista surgido no Estado Novo entre as décadas de 1930 a 1950 como podem se referir a iniciativas próprias do povo, sendo esta a vertente que se aproxima dos projetos de bibliotecas comunitárias. Estas últimas começam a emergir em fins dos anos 1990 e possuem como características principais a forma de criação que parte genuinamente da comunidade e para a comunidade e o fato de não terem vinculação governamental direta, sendo sua sustentabilidade mantida por meio da articulação local e do voluntariado.

As bibliotecas comunitárias possuem a singularidade de “fazer muito com pouco”.

Isso porque, em que pese estarem localizadas em bairros das periferias, em locais improvisados de natureza doméstica, comercial ou ambulante, ter um acervo em sua maioria, formado por doações, não possuir bibliotecários em seu quadro de pessoal, mas pessoas que se voluntariam a contribuir com as ações e não possuir recursos financeiros fixos, ainda conseguem ter como marca principal o contínuo desenvolvimento de ações culturais, um próximo relacionamento com a comunidade e um forte retorno de suas ações na melhoria das condições de vida dos comunitários.

Nesse sentido, apresentamos também o modo com o qual as bibliotecas comunitárias desenvolvem suas ações, sob os pilares da ação cultural e da mediação de leitura que possibilita a real interação do acervo com a comunidade, potencializando a ação da informação e da leitura, como também promovendo a emancipação dos leitores, a inovação e sustentabilidade local, lhes garantindo o direito humano de acesso à leitura, a arte e a cultura.

Dessa forma, considerando sua forma de constituição e suas peculiaridades, finalizamos o texto reiterando a necessidade da incidência de políticas públicas para fortalecer as ações das bibliotecas comunitárias e públicas, tendo em vista o papel social delas e o impacto positivo de suas ações para a sociedade.

No levantamento apresentado das iniciativas voltadas a esse setor, identificamos que a maioria delas foi realizada através de ações governamentais, especialmente por iniciativa do governo federal entre os anos de 2003 a 2016, fortalecendo a construção de políticas de Estado para a área do livro, leitura e bibliotecas graças ao empenho e a mobilização social de coletivos e da sociedade civil em prol da efetivação dos Planos Estaduais e Municipais do Livro, Leitura e Bibliotecas.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S. Informação, territorialidade e inteligência local. *In*: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte, MG: Escola de Ciência da Informação da UFMG. Disponível em:

<http://repositorio.ibict.br/bitstream/123456789/327/1/SARITAEnancib2003.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2016.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. **Bibliotecas públicas e bibliotecas alternativas**. Londrina: UEL: 1997.

_____. Bibliotecas públicas e alternativas: bibliografia comentada. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 26, n.1/2, p.115-127, jan./jun.1993.

Disponível em: http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2011/10/pdf_a725a4bdc0_0019248.pdf. Acesso em: 06 jun. 2014.

AUSÊNCIA de fundo público impede financiamento e expansão das políticas de leitura. **Revista**

no centro do debate: para todo mundo poder ler, crescer e sonhar: as bibliotecas comunitárias e a construção do direito à leitura, Olinda, Centro de Cultura Luiz Freire, 2015. Disponível em: <http://cclf.org.br/documento/as-bibliotecas-comunitarias-e-a-construcao-do-direito-a-leitura-revista-no-centro-do-debate-edicao-1/>. Acesso em: 05 mai. 2016.

BASTOS, G. G.; GALLI, F. C. S.; ROMÃO, L. M. S. Discursividades sobre o bibliotecário. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 18, n. 1, 2013.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. **Bibliotecas comunitárias e Pontos de Leitura**. [2014?]. Disponível em: <http://snbp.bn.br/bcpl/>. Acesso em: 20 jun. 2014.

BIBLIOTECAS comunitárias atendem a interesses sociais, mas ainda lutam pelo devido reconhecimento do poder público. **Revista no centro do debate:** para todo mundo poder ler, crescer e sonhar: as bibliotecas comunitárias e a construção do direito à leitura, Olinda, Centro de Cultura Luiz Freire, 2015a. Disponível em: <http://cclf.org.br/documento/as-bibliotecas-comunitarias-e-a-construcao-do-direito-a-leitura-revista-no-centro-do-debate-edicao-1/>. Acesso em: 05 maio 2016.

BIBLIOTECAS públicas, escolares e comunitárias: identidade e sustentabilidade. **Revista no centro do debate:** para todo mundo poder ler, crescer e sonhar: as bibliotecas comunitárias e a construção do direito à leitura, Olinda, Centro de Cultura Luiz Freire, 2015b. Disponível em: <http://cclf.org.br/documento/as-bibliotecas-comunitarias-e-a-construcao-do-direito-a-leitura-revista-no-centro-do-debate-edicao-1/>. Acesso em: 05 maio 2016.

BORGES, J. L. **Esse ofício do verso**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BOTELHO, C. N. **A formação do bibliotecário e as bibliotecas comunitárias**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

BRASIL. **Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003**. Institui a Política Nacional do Livro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.753.htm. Acesso em: 22 maio 2016.

_____. Portaria Interministerial nº 1.442, de 10 de agosto de 2006. **Diário Oficial Da União:** seção 1, Brasília, DF, n. 154, p. 18-19, 11 ago. 2006. Institui o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL).

_____. **Decreto nº 7.559, de 1º de setembro de 2011**. Dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2011/decreto/d7559.htm. Acesso em: 22 maio 2016.

_____. **Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018**. Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13696.htm. Acesso em: 25 ago. 2019.

CARNEIRO, D. **Guia prático para bibliotecas comunitárias**. Curitiba: Magnolia Cartoneira, 2016.

CAVALCANTE, L. E. Bibliotecas autogeridas e participação comunitária. In: CAVALCANTE, L. E.; ARARIPE, F. M. A. (org.). **Biblioteca Comunitária: entre vozes e saberes**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2014. p. 27-33.

_____. E; FEITOSA, L.T. A mediação da informação sob a perspectiva do usuário em comunidades locais. In: CASARIN, H. C. S. (org.). **Estudos de usuários da informação**. Brasília: Thesaurus, 2014. p. 255-271.

CENSO nacional de bibliotecas públicas: estudo quantitativo: principais resultados. Brasília: FGV, 2010. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2010/05/microsoft-powerpoint-fgv-ap-minc-completa79.pdf>. Acesso em: 14 maio 2014.

CERVINSKIS, A. C.; SANTANA, G. **Relatório de pesquisa referente ao projeto Mapeamento de Bibliotecas Comunitárias**: Etapa 1: Caruaru e São José do Egito – n. 348/2012. Recife: Tarcísio Pereira Editor, 2014.

COELHO NETO, J. T. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: Iluminuras, 1997.

COSTA, L. M. R. **Biblioteca de caráter público e práticas leitoras**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

FERNANDEZ, C.; MACHADO, E. **Bibliotecas públicas**: um equipamento cultural para o desenvolvimento local: guia político-pedagógico para ampliação do número de bibliotecas públicas no Brasil. Recife: Centro de Desenvolvimento e Cidadania, 2016.

FERNANDEZ, C.; MACHADO, E; ROSA, E. **O Brasil que lê**: bibliotecas comunitárias e resistência cultural na formação de leitores. Olinda: CCLF; Brasil: RNBC, 2018. *E-book*.

FERNANDEZ, C.; RONDON, H. **Sustentabilidade**: como mobilizar pessoas e recursos para sua biblioteca. São Paulo: Secretaria da Cultura do Governo do Estado de São Paulo, Unidade de Difusão Cultural Bibliotecas e Leitura, SP Leituras, 2017.

FERREIRA, M. M. Políticas públicas de informação e políticas culturais: e as bibliotecas públicas para onde vão? **Transinformação**, Campinas, v.18, n. 2, p. 113-122, maio/ago, 2006.

FLUSSER, V. Uma biblioteca verdadeiramente pública. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 131-138, set. 1980.

_____. A biblioteca como instrumento de ação cultural. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 145-169, set. 1983.

FONSECA, E. N. da. Prefácio: Templários da ausência. In: VERRI, G. M. W. **Templários da ausência em bibliotecas populares**. 2. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 51. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GADOTTI, M.; GUTIERREZ, F.P. **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, 1993.

MACHADO, E. C. Análise de políticas públicas para bibliotecas no Brasil. **InCID**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v. 1, n.1, p. 94-111, 2010.

_____. **Bibliotecas comunitárias como prática social no Brasil**. 2008. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de São Paulo, 2008.

MADELLA, R. **Bibliotecas comunitárias**: espaços de interação social e desenvolvimento pessoal. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

MILANESI, L. **Ordenar para desordenar**: centros de cultura e bibliotecas públicas. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. **A casa da invenção**: biblioteca, centro de cultura. 4. ed. rev. e ampl. Cotia, SP: Ateliê, 2003.

NOSSO ao redor. **Releitura PE - Bibliotecas Comunitárias em Rede**. Disponível em: <https://releiturape.wordpress.com/nosso-ao-redor/>. Acesso em: 09 abr. 2016.

O QUE é uma biblioteca comunitária? 2014. Disponível em: <http://releiturape.wordpress.com/o-que-e-uma-biblioteca-comunitaria>. Acesso em: 06 jun. 2015.

ONG cirandar. **Projeto submetido ao Prêmio Viva Leitura**. Porto Alegre, 2014. Disponível em: http://www.premiovivaleitura.org.br/projetos_uploads/28112014113343.pdf. Acesso em: 12 jun. 2016.

PETIT, M. **A arte de ler ou como resistir à adversidade**. São Paulo: Editora 34, 2009.

PINTO, L. P. Bibliotecas comunitárias: dispositivos de ação. In: PINHO, F. A. **Dispositivos culturais e espaços de memória**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013. 1 *pen drive*.

PRADO, G. M. Bibliotecas comunitárias como território de memória interagindo práticas da aprendizagem e mudanças. **DataGramZero**: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 10, n. 6, dez. 2009.

_____.; MACHADO, E. C. Território de memória: fundamento para a caracterização da biblioteca comunitária. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, 2008. p. 1-14. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/1359>. Acesso em: 08 maio 2014.

PRINCIPAIS reivindicações do I Encontro de Bibliotecas. 2012. Disponível em: <https://releiturape.wordpress.com/2012/11/20/principaisreivindicacoesdoiencontrode-bibliotecas/>. Acesso em: 25 jun. 2016.

PROGRAMA Ibero-Americano de Bibliotecas Públicas: IBERBIBLIOTECAS. Disponível em: <http://www.iberbibliotecas.org/concurso-de-ajudas/>. Acesso em: 24 jun. 2016.

QUAL situação do Plano Estadual do livro e leitura de Pernambuco? **Revista no centro do debate**: para todo mundo poder ler, crescer e sonhar: as bibliotecas comunitárias e a construção do direito à leitura, Olinda, Centro de Cultura Luiz Freire, 2015. Disponível em: <http://cclf.org.br/documento/as-bibliotecas-comunitarias-e-a-construcao-do-direito-a-leitura- revista-no-centro-do-debate-edicao-1/>. Acesso em: 05 maio 2016.

RAMOS, M. Maracatu Cepoma Brasília Teimosa. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IHcVJUnqC5c>. Acesso em: 29 mar. 2016.

RELATÓRIO preliminar. In: ENCONTRO ESTADUAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE PERNAMBUCO, 1., 2012, Recife. **Anais** [...] Recife: UFPE, 2012. 1 CD-ROM.

SANTANA, G. L. **Escola em rede:** bibliotecas comunitárias e as demandas sobre a gestão escolar. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Educação, Recife, 2014.

SILVA, A. C. P. de O. da. **É preciso estar atento:** a ética no pensamento expresso dos líderes de bibliotecas comunitárias. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

SILVA, G. F. M. da. **Políticas públicas:** acesso, disseminação e uso da informação e da cultura nas bibliotecas públicas pernambucanas. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Recife, 2014.

SUAIDEN, E. **Biblioteca pública e a informação à comunidade.** São Paulo: Global, 1995.

TARGINO, M das G. Biblioteconomia, informação e cidadania. **Revista Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 149-160, jul./dez., 1991.

THE PUBLIC library service: IFLA/UNESCO guidelines for development. [International Federation of Library Associations and Institutions]. München: Saur, 2001.

UNESCO. **Manifesto da Unesco sobre Bibliotecas Públicas.** 1944. Disponível em: <http://www.ifla.org/publications/iflaunesco-public-library-manifesto-1994>. Acesso em: 11 jun. 2016.

UNIR para conquistar e avançar. 2012. Disponível em: <https://releiturape.wordpress.com/2012/11/15/unirparaconquistareavancar/>. Acesso em 25 jun. 2016.

VERRI, G. M. W. **Templários da ausência em bibliotecas populares.** 2. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010.

VIEIRA, H. M. **Bibliotecas comunitárias em belo Horizonte:** atores em cena. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

AGRADECIMENTOS

A Cida Fernandez, bibliotecária responsável pelo Programa Direito à Leitura, do Centro de Cultura Luiz Freire pela colaboração no desenvolvimento do artigo e a (ao) parecerista ad hoc pelas críticas positivas.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Recebido em: 01 de fevereiro de 2019
Aprovado em: 09 de novembro de 2019
Publicado em: 16 de janeiro de 2020